

MEMÓRIA, CULTURA E PORVIR. ALGUMAS PISTAS PARA PENSAR O MUNDO

por

Paula Godinho¹, Maria Alice Samara², Dulce Simões³

*Lento pero viene
el futuro se acerca
despacio
pero viene*

Mário Benedetti, *Preguntas al azar.*

O passado cresce todos os dias – é um truísmo que assenta na irrecuperável natureza do tempo, conquanto seja insuficiente para explicar a natureza da relação atual com o tempo pretérito. Desde o final da década de 1980, assiste-se a uma hipertrofia dos estudos sobre a memória, que corresponde a um estado do saber e das sociedades, em que o optimismo se diluiu e o futuro pareceu tornar-se passado – um pouco além dos presentes passados, sobre os quais escrevera Andreas Huyssen⁴, que se tornam legíveis nos modos como as sociedades recordam⁵.

¹ Organizadora da *Conferência Internacional Memória, Cultura e Devir – Estudos aprofundados em Ciências Sociais*, parceria IHC e INET-md / NOVA FCSH, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Lisboa, 10 a 12 de Maio de 2018. URL: http://fabricadesites.fctsh.unl.pt/ihc/wp-content/uploads/sites/15/2018/05/2018-05-10_Memoria-Cultura-Devir_programa.pdf.

² Organizadora da *Conferência Internacional Memória, Cultura e Devir – Estudos aprofundados em Ciências Sociais*, parceria IHC e INET-md / NOVA FCSH, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Lisboa, 10 a 12 de Maio de 2018. URL: http://fabricadesites.fctsh.unl.pt/ihc/wp-content/uploads/sites/15/2018/05/2018-05-10_Memoria-Cultura-Devir_programa.pdf.

³ Organizadora da *Conferência Internacional Memória, Cultura e Devir – Estudos aprofundados em Ciências Sociais*, parceria IHC e INET-md / NOVA FCSH, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Lisboa, 10 a 12 de Maio de 2018. URL: http://fabricadesites.fctsh.unl.pt/ihc/wp-content/uploads/sites/15/2018/05/2018-05-10_Memoria-Cultura-Devir_programa.pdf.

⁴ Andreas Huyssen, *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory* (Stanford: Stanford University Press, 2003).

⁵ Paul Connerton, *Como as sociedades recordam* (Oeiras: Celta, 1989).

A palavra *fim* – das ideologias, da história, da racionalidade, do emprego, da possibilidade de uma vida melhor –, tornou-se recorrente, à míngua da esperança. Essa ausência de confiança no futuro foi produzida através de um aparelho que, ao longo dos últimos trinta anos, toldou o ânimo e destruiu os sentidos do futuro, como nota David Graeber⁶. Numa paráfrase do título da obra de David Lowenthal, *The past is a foreign country*⁷, Josep Fontana ressalta que o futuro também aparenta ser um país estrangeiro, e o progresso é descartado, como se tivesse sido uma concessão dos grupos dominantes, e não o resultado de muitas lutas coletivas, de revoltas e revoluções⁸.

Essa viragem epistemológica, com impacto também ao nível dos métodos, é coetânea de mudanças sociais e históricas significativas. O neoliberalismo, uma transformação predatória no tardo-capitalismo, fez-se acompanhar por políticas agressivas, que atingiram a ecúmena, com reflexos diferenciados. A acompanhar estas mudanças económicas e políticas, desenvolveram-se construções sociais e mentais assentes na nostalgia e num passado imaginado, que, no limite, visavam restaurar um estado anterior da sociedade, numa conjuntura marcada por uma sensível perda colectiva.

Essa guinada no conhecimento mereceu reflexões múltiplas por parte dos investigadores das ciências sociais e humanas, que se centraram nos usos do passado, como *artefacto do presente*⁹, sujeitos às relações de forças dentro das sociedades. Depois de uma quase descontinuidade da produção acerca da memória, após os textos fundacionais de Maurice Halbwachs¹⁰, publicados originalmente em 1925 e 1950, reapareceu um interesse pelo passado e uma nova forma de o olhar, que passa pela *invenção de tradições*¹¹, pelos *meios de memória* e pelos *lugares de memória*¹², por uma semântica dos tempos históricos que tornou mais relevante o presente contínuo que a construção do porvir. O *presentismo*¹³ instalou-se, associado

⁶ David Graeber, *Revolutions in Reverse – Essays on Politics, Violence, Art and Imagination* (London/New York/Port Watson: Minor Compositions, 2011), 31-32.

⁷ David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).

⁸ Josep Fontana, *El futuro es un país extraño – Una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI* (Barcelona: Pasado & Presente, 2013), 8.

⁹ David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*.

¹⁰ Maurice Halbwachs, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (Paris: Albin Michel, 1994); *La Mémoire Collective* (Paris: PUF, 1968).

¹¹ Eric Hobsbawm & Terence Ranger, *The invention of tradition* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983).

¹² Pierre Nora (*dir.*), *Les Lieux de Mémoire* (Paris: Gallimard, 1986).

¹³ François Hartog, *Régimes d'historicité – Présentisme et expériences du temps* (Paris: Seuil, 2003); Henry Rousso, *La dernière Catastrophe. L'histoire, le présent, le contemporain* (Paris: Gallimard, 2012).

a um propalado *fim da História*¹⁴, num *passado que não passa*¹⁵, a que se interroga o modo de usar, com *memórias fracas* ou *fortes*, por vezes com perspectivas emaranhadas¹⁶. Estas construções são acompanhadas da naturalização do tardo-capitalismo e do impacto político-social de 1989, que aparentemente converteu os futuros possíveis em algo de intangível e nebuloso¹⁷.

As mudanças sociais aceleradas e a ideia de revolução é hoje patologizada e arquivada no capítulo “totalitarismo” da história do século XX, onde repousam todos os fantasmas do terror e da barbárie¹⁸. O capitalismo e o liberalismo tornaram-se novamente no “destino inelutável da humanidade”, como escrevera Adam Smith na época da Revolução Industrial, e são apresentados como a única resposta possível para as ilusões e desilusões da História do século XX. A atual obsessão pelo passado é, assim, uma resposta substitutiva às urgências do presente ou, mesmo, uma recusa do futuro¹⁹. Num tempo com uma tal centralidade na memória, as construções em torno do que é novo e se projeta para a frente continuam a estimular um conjunto de investigadores. Há etnografias e práticas da história aliciantes, que nos fazem pensar em causas, que não estão necessariamente perdidas, mas tão só suspensas, por razões de conjuntura. Torna-se necessário perceber, quando o património se tornou ecuménico, que relação estabelece com a memória, entre a *beleza do morto*²⁰ e novos caminhos, bem como qual o papel da cultura na construção de uma *força material das ideias*²¹. Que espaço se consagra ao porvir na pesquisa em ciências sociais?

A partir de pesquisas realizadas por um conjunto de investigadores provenientes de vários países, e com pesquisa sobre contextos diversificados, interrogam-se alguns aspetos em torno da memória – social, coletiva, histórica –, com a clarificação dos seus formatos, materiais ou evanescentes, a sua remissão para um passado, e os seus reflexos no presente²². Em terrenos e em tempos diversos, juntámos contributos

¹⁴ Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (London: Penguin, 1992).

¹⁵ Henry Rousso & Eric Conan, *Vichy, un passé qui ne passe pas* (Paris: Fayard, 1994).

¹⁶ Enzo Traverso, *O passado, modos de usar. História, memória e política* (Edições Unipop, 2012), 120-121; Enzo Traverso, “Memórias europeias. Perspetivas emaranhadas”, in *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, coordenação de Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo, 405-426 (Coimbra: Almedina, 2015).

¹⁷ Luciana Soutelo, *A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas – Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do séc. XX* (Porto: FLUP, 2016), 23.

¹⁸ Enzo Traverso, *O passado, modos de usar. História, memória e política*.

¹⁹ Henry Rousso & Eric Conan, *Vichy, un passé qui ne passe pas* (Paris, Fayard, 1994), 280.

²⁰ Michel de Certeau & Dominique Julia, “A beleza do morto: o conceito de ‘cultura popular’,” in *A Invenção da Sociedade*, coordenação de Jacques Revel, 49-79 (Lisboa: Difel, 1989).

²¹ Paula Godinho, *O Futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis* (Lisboa: Letra Livre), 17-31.

²² Paula Godinho, “Usos da memória e práticas do património, alguns trilhos e muitas perplexidades”,

acerca das fendas no tempo, ou de momentos em que a duração dos processos sociais é interrompida, e se encontraram novos rumos para a ação coletiva.

Nessa reflexão sobre os usos da memória atenta-se na relação entre os *limites da experiência* e os *horizontes da expectativa*²³, quando o futuro parece ausente ou quando, pelo contrário, os projetos ganham vigor e o tempo se inclina para diante. Se François Hartog forjou a noção de *presentismo* para descrever uma situação em que a actualidade se tornou o horizonte, sem futuro e sem passado, como entender o primado da memória na ordem do tempo, em que o presente, no momento em que ocorre, já irrompe como histórico²⁴, numa historização imediata²⁵? Por outro lado, como têm os cientistas sociais interrogado o porvir, e o modo como os seres humanos planeiam o futuro ou lidam com o que não escolheram, em situações de mudança? De que modos se cruza o que já passou e o que virá, e como se encontra o tempo histórico no campo da investigação empírica²⁶? Como nos ensina Maurice Godelier, para que o imaginado possa atuar socialmente, é necessário que o seu conteúdo ideal seja partilhado, comunicado e interiorizado por outros²⁷ – ou seja, que integre uma cultura, como modo de agir e pensar sobre o mundo.

Nos mais antigos repositórios portugueses e espanhóis – o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau, de 1713, ou o *Tesoro de la lengua castellana o española*, de Sebastián de Cobarrubias y Horozco, de 1611 – essencializa-se a noção de cultura, em conexão com a agricultura, com um carácter multifacetado, a partir da raiz latina “colere”, e um leque de sentidos: *cultivar, prestar culto, proteger*. Raymond Williams considerava-o um dos mais complexos termos da língua inglesa e, em meados do século XX, numa revisão do que os antropólogos queriam dizer com a palavra, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn encontraram 164 definições²⁸. Que papel representa a cultura, como caixa de ferramentas para lidar com o mundo e cuidar dele, entre a memória e os mundos a construir? Quando se lhe acopla a expressão “popular”, ganha cambiantes, enredando-se na “tradição”. Para a Inglaterra do século XVIII, segundo E. P. Thompson, a cultura tradicional

in *Usos da Memória e Práticas do Património*, coordenação de Paula Godinho, 13-23 (Lisboa: Colibri, 2012).

²³ Reinhart Koselleck, *Futuro passado – Para una semántica de los tempos históricos* (Barcelona: Paidós, 1983).

²⁴ François Hartog, *Régimes d'historicité – Présentisme et expériences du temps* (Paris: Seuil, 2003), 127.

²⁵ François Hartog, *Régimes d'historicité – Présentisme et expériences du temps*, 207.

²⁶ Reinhart Koselleck, *Futuro passado – Para una semántica de los tempos históricos*, 333.

²⁷ Maurice Godelier, *L'imaginé, l'imaginaire & le symbolique* (Paris: CNRS Editions, 2015).

²⁸ Susan Wright, “La politización de la ‘cultura’”, in *Constructores de Otriedad*, coord. de Mauricio Boivin et al. (Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004), 128-141.

assenta no costume e é rebelde, resiste às racionalizações e inovações que os grupos dominantes e em ascensão querem levar a cabo²⁹. Porosa e inconstante, adequando-se às condições que emergem através de modos que ligam o passado e o que virá, é uma arena do consentimento e da resistência, dos modos hegemônicos e da resistência.

A multiplicidade de práticas sociais mostra que os membros dos grupos sociais subalternos ressemantizam, reconvertem e re-territorializam padrões provindos de fora, como demonstram Rowe e Schelling³⁰, num processo de reconfiguração, que permite fazer uma exegese dos conteúdos religiosos, da literatura, dos jornais, da informação, das novelas televisivas, dos conteúdos da internet. A reconfiguração do que é apreendido, a partir de vários meios, robustece num esquema de significações, decifrado a partir de um idioma social, legível através da vida e das recordações do grupo de pertença.

Michel de Certeau argumenta que a reputação do “popular” entre as elites cultas oitocentistas resulta do diagnóstico que o dá como em vias de extinção, inofensivo, em ruína, moribundo: tem a *beleza do morto*³¹. Numa abordagem da América Latina, William Rowe e Viviane Schelling³² sugerem a existência de três narrativas em torno da cultura popular desde o século XIX. Em primeiro lugar, a que a associa à ideia de uma autenticidade original, sempre em perigo de extinção e ruína, progressivamente degradada pela industrialização e pela indústria cultural. Em segundo lugar, a que surge como resposta ao avanço da industrialização no século XIX e encara como inevitável, para o melhor ou para o pior, a transformação da cultura popular numa variedade de cultura de massas. Finalmente, a que atribui à cultura popular uma carga libertadora e utópica. A primeira narrativa remete para questões associadas ao património e à “autenticidade”, e reporta-se a um tempo em que a reprodução social sofreu cortes, em que o futuro se afigura obscuro, ameaçador e ameaçado. Para conjurar o futuro e, concomitantemente, esconjurar as suas perplexidades, o tempo transita para fora da história, com a passagem do prospectivo ao retrospectivo. Apelando ao património, afectam-se dispositivos de precaução e responsabilidade, tendo em conta o irremediável e o irreversível. Já a segunda modalidade, como nota Raymond Williams, ao remeter para a cultura de

²⁹ Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional* (S. Paulo: Companhia das Letras, 1998), 19.

³⁰ William Rowe & Vivian Schelling, *Memory and Modernity: Popular Culture In Latin America* (New York: Verso, 1991).

³¹ Michel de Certeau & Dominique Julia, “A beleza do morto: o conceito de ‘cultura popular’,” in *A Invenção da Sociedade*, 49-79.

³² William Rowe & Vivian Schelling, *Memory and Modernity: Popular Culture In Latin America* (New York: Verso, 1991).

massas, subentende a alteridade, os outros, a chusma, a multidão, os desconhecidos, a população, que é diferente de cada um³³ – e as massas são sempre *os outros*. A terceira narrativa, que se associa à concepção emancipadora da cultura subalterna, na linha de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), parece constantemente contrariada na actualidade, quando a memória não se destina a preparar um futuro redentor, mas a garantir o presente, de modo imediatista³⁴. Despojada da esperança e da utopia, sem que o porvir se afigure sorridente, a capacidade libertadora da cultura popular parece obnubilada sob formas hegemónicas. Aparentemente, a história deixou de poder ser construída do ponto de vista do futuro, que é apresentado sem “amanhãs que cantem”, numa *heurística do medo*³⁵ com um embargo do porvir, simultaneamente encarado como perigoso e, paradoxalmente, ameaçado. Oferece-se como um tempo a pensar, conquanto a época pareça de impasse ou de beco sem saída³⁶.

Para refletir sobre a relação entre a memória e os mundos do futuro convocaram-se investigadores das ciências sociais e humanas, que participaram ao longo de alguns anos no seminário “Memória, Cultura e Devir” no âmbito do Instituto de História Contemporânea e do Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos de Música e Dança (NOVA-FCSH). Numa conferência internacional, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Maio de 2018, juntaram-se pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, com quem se tem desenvolvido uma parceria de trabalho, e da Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória, de que fazem parte as três organizadoras deste volume e vários dos participantes.

O presente dossiê divide-se em cinco partes. A primeira, que denominámos “A cultura e a força material das ideias”, inicia-se com um texto do historiador argentino Pablo Pozzi, que remete para a relação estreita entre o futebol e a política na Argentina, através do estudo de um conjunto de cânticos e de consignas políticas, que permite detetar uma subjetividade política de esquerda durante grande parte do século XX, aqui associada a diversos testemunhos de militantes políticos. As palavras de ordem de natureza política inserem-se em inúmeros cânticos entoados nas mobilizações políticas e nos estádios de futebol. As consignas políticas

³³ Raymond Williams, *Historia y cultura comun* (Madrid: Catarata, 2008), 50-51.

³⁴ O optimismo de Stuart Hall levava-o a encarar a cultura popular como uma esfera onde uma cultura socialista não só se poderia expressar, mas como um dos lugares onde o socialismo poderia ser constituído. Stuart Hall, “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, in *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003), 247- 264.

³⁵ François Hartog, *Régimes d'historicité...*, 212.

³⁶ Paula Godinho, *O Futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis*.

podem traçar propostas de programa, identificar os inimigos e os aliados, ameaçar os opositores e inserir elementos que apontam para uma definição identitária. Destinam-se a ser cantadas e apelam principalmente aos sentimentos, constituindo uma fonte de transmissão cultural de memórias, que confere coesão às diversas identidades políticas. A partir destas palavras de ordem cantadas nos estádios e nas manifestações, pode compreender-se como se edificam as subjetividades colectivas. O seu impacto é evidenciado quando alguns dos militantes entrevistados por Pablo Pozzi recorrem a eles para conferirem profundidade ao que pretendem evidenciar.

Adelaide Gonçalves interroga o papel da memória, da cultura e da resistência entre os militantes do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Brasil. As memórias das Ligas Camponesas, no nordeste do Brasil, em meados do século XX, estão na origem do MST. A autora aborda os sentidos das lutas do passado e do presente contra a violência extrema do latifúndio e do Estado, em defesa de uma reforma agrária popular. Com formatos novos de luta, a territorialização é decisiva, quer após cada ocupação de terra, com um acampamento que pode permanecer por alguns anos, quer pela conquista do assentamento. O MST é apresentado como um movimento socioterritorial, fruto da reivindicação teimosa do campesinato. Por outro lado, examinando a conjuntura dos anos 1980 e observando nas raízes do MST, detecta-se uma cultura sociorreligiosa identificada com o Cristianismo da Libertação, e com a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Assente nos coletivos de Educação, Arte e Cultura, Adelaide Gonçalves destaca a reflexão sobre a “Mística, as Marchas e a Pedagogia da Terra” como vivências e experiências humanas densas, que ativam e atualizam o compromisso de luta no tempo presente e, através dos ritos, dos símbolos e das consignas, expressam valores de convocação e evocação.

Reportando-se igualmente ao contexto brasileiro, Frederico de Castro Neves analisa a Conferência dos Flagelados, em 1953, no Ceará, e o modo como se esboçou então a ligação entre as organizações de orientação comunista e o campesinato. O preconceito e a subordinação marcaram a historiografia sobre o tema. Segundo as concepções clássicas da doutrina, os camponeses conseguiriam desenvolver uma mentalidade revolucionária, e deveriam estar subordinados às instituições operárias, como os BOC (Bloco Operário Camponês). No entanto, a historiografia tem demonstrado que a experiência desenvolvida por militantes comunistas, na prática quotidiana, permitiu uma aproximação às lutas e às formas de consciência política dos camponeses, por vezes contrariando a orientação da direção partidária, em momentos específicos da luta política e das contradições próprias da vida partidária. No Ceará, essa aproximação terá sido possível nos anos seguintes à abertura política, após a queda do Estado Novo, em 1945, quando o Partido Comunista

foi legalizado e os seus militantes procuraram a legitimação social entre as camadas populares. O jornal *O Democrata*, como órgão de divulgação e formação da orientação comunista, foi um instrumento de veiculação dos interesses e das ações dessa militância, e a principal fonte. Através da análise dos seus artigos, que salientam a necessidade de uma reforma agrária, e dão visibilidade a um canal de diálogo entre a militância comunista e os camponeses locais, o objetivo de Frederico de Castro Neves foi examinar os significados da Conferência dos Flagelados no contexto das relações entre comunistas e camponeses, em momentos específicos de calamidade pública, como as secas.

Também centrada no Ceará, a historiadora Kênia Rios questiona os sentidos da viagem e do deslocamento, através das narrativas de dezenas de retirantes do sertão do Ceará, e de outros suportes da oralidade, descortinando no ato de se deslocar uma motivação maior do que a tragédia da seca, e que é da ordem do desejo. A vontade de encontrar um *novo*, uma surpresa, o espanto ou mesmo territórios onde a vida seja experimentada ao sabor do acaso, do enfrentamento do diferente, do medo. Uma das possibilidades que se lhe apresentou para o entendimento dos sentidos da narrativa sobre a migração, que encontrou nos depoimentos, folhetos de cordel e contos, foi tentar entender nas narrativas os vários esboços de um lugar melhor, com características que remetem para o maravilhoso e utópico, que figuravam como algo que impulsionava o desejo pela viagem. Mais do que simplesmente sair da miséria, os relatos dos retirantes parecem esboçar a vontade de encontrar um lugar fantástico, que nas novelas populares é conhecido como *Terras do Sem Fim*. Nesses relatos, a finalidade imediata não é a chegada e a realização material, mas ir descobrindo e desejando sempre um lugar melhor, fazendo-o real pela narrativa, pelo dito que faz existir todas as coisas. A partir das narrações dos sertanejos sobre o deslocamento, a migração, a viagem, Kênia Rios detecta a construção de uma utopia, de um lugar ideal e percebe que algumas formas apresentam uma inconfundível familiaridade com os contos populares que circulam no interior do Nordeste brasileiro, sobretudo aqueles em que o lugar ideal é experimentado como mistério, como segredo, como fantástico.

No texto da antropóloga Paula Godinho, reflete-se sobre as *práticas possíveis* em torno do porvir, delineadas a partir de quotidianos e momentos de crise diversos, e assente em três etnografias: a do Couto Misto, na fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza; a das costureiras galegas, num tempo de trânsitos globais do trabalho; a do momento empolgante da reforma agrária, integrada no processo revolucionário que se seguiu ao golpe de 25 de Abril de 1974. Entre a sugestão da literatura e os caminhos da pesquisa, a autora considera que é fundamental interrogar as práticas passíveis, no quotidiano e em momentos pautados

pelo risco, a incerteza, a indecisão e os sonhos. Delineadas e postas em ação por seres humanos, porque o futuro não será feito por cyborgs, essas práticas possíveis radicam na experiência e articulam-na com a expectativa, permitindo imaginar, antecipar, desejar ou temer, de modos diferenciados, em momentos e contextos distintos, esse mesmo porvir, que se abre ao “ainda não”, com lugar à esperança, entre as “grandes razões” e os dias que correm idênticos.

Uma segunda parte deste dossiê, intitulada “Entre a experiência e a expectativa: história oral e o passado do futuro”, inicia-se com um contributo do historiador brasileiro Eurípedes Funes, que se debruça sobre o direito à terra e à liberdade, parte de uma reflexão centrada em comunidades quilombolas, no tempo presente, que remete para uma história marcada por conflitos, resistências para além da escravidão. Abordar este tema, numa conjuntura como a atual, é ter presente a história do campesinato negro no Brasil, navegar nas reminiscências vivas e nas experiências sociais de afrodescendentes, que implantaram territórios onde ser livre era possível. Trata-se de comunidades de fugitivos da escravidão, que produziram histórias complexas de ocupação agrária, que remetem para a criação de territórios com uma cultura material e imaterial próprias, assentes no parentesco e no cultivo coletivo da terra. Centra-se nos Mocambeiros do rio Trombetas, na Amazônia, para quem manter o direito de propriedade da terra, do espaço vivido, tornou-se a representação do direito de ser livre. Para essas comunidades, o círculo de lutas não se fecha, porque emergem novos enfrentamentos, em resultado de uma lógica de desenvolvimento capitalista, onde o ser humano se tornou removível e até descartável, pautada por impactos socio-ambientais que resultam dos grandes projetos que ali se instalaram a partir da década de 1970: criação de áreas de preservações ambientais, implantação um conglomerado minerador, extração de bauxite, e a projeção da construção de uma barragem. Eurípedes Funes debruça-se sobre esses momentos em que se afirma a identidade negra, quilombola, afro-amazônica, frente ao outro, com tensões que nos levam a perceber a existência de dois paradigmas territoriais em disputa.

Baseada nas narrativas do sanitarista e farmacêutico Rodolfo Teófilo, entre finais do século XIX começo do século XX, Ana Karine Martins Garcia questiona a relação entre a memória, a saúde e a pobreza. Rodolfo Teófilo destacou-se em diferentes áreas do conhecimento e deixou um legado de documentos históricos, que permitem identificar nas várias narrativas e memórias das suas obras em fontes que se debruçaram sobre ele. Assim, a centralidade da pobreza, encarada como um fator contribuinte para as doenças que atingiam a população cearense, sobretudo, durante as secas é realçada em várias obras, que permitem desvelar como os diversos discursos sobre a pobreza e sua relação com a saúde das cidades foram pensadas e construídas no Brasil.

Berenice Abreu de Castro Neves, através de fontes impressas e fontes orais variadas, tem como objeto a luta empreendida por um mestre de jangadas cearense, nos anos de 1940 e 1950, no sentido de obter melhores condições profissionais para os que são hoje designados pescadores artesanais. O jangadista Jerônimo participou de três viagens de jangadas, ao Rio de Janeiro (1941), a Porto Alegre (1950) e a Buenos Aires (1958), que combinavam uma dupla estratégia política: de reverência às autoridades civis e de denúncia das condições de trabalho e da miséria em que viviam os pescadores. No trabalho da historiadora, observamos o crescendo da consciência de classe acerca da situação vivida pelos jangadeiros, e o papel da via legal para a obtenção de melhorias de existência e trabalho para os pescadores artesanais.

É ainda sobre a vivência num meio aquático que escreve Adelina Domingues, através da etnografia em curso junto de pessoas de proximidade e interação com o rio Tejo, na margem oposta à cidade de Lisboa: os pescadores e “apanhadores” de ameijoas e de isco, no Seixal. A antropóloga apresenta algumas reflexões sobre a agencialidade, ou seja, a ação de grupos em contextos locais, interrogando a sua provável conexão com outros níveis ou escalas, que visam contribuir para um entendimento sobre as inter-relações seres humanos e o ambiente. Analisando a realidade presente e de um passado recente através das memórias sobre percursos de vida, sobre o trabalho no meio marítimo e fluvial, sobre práticas, percepções e perspectivas de indivíduos, famílias e grupos de pescadores, este texto permite detectar continuidades, ruturas e retornos à pesca. Estas oscilações são o resultado de distintas conjunturas sociais e económicas, locais e globais. As experiências relatadas e os discursos dos que agem sobre o meio, evidenciam que o recurso a esta atividade constitui uma estratégia de sobrevivência, e também uma opção de vida, presentes ao longo das suas vidas de trabalho precário e particularmente em momentos de “crise”.

O contributo de Mariana Rei corresponde a uma segunda fase de uma investigação de terreno, junto de antigos operários têxteis de uma freguesia industrializada do concelho de Guimarães, no noroeste de Portugal. A expressão “melhorar a vida” foi de uso recorrente nas entrevistas, como principal motivação das trajetórias profissionais e migratórias da população operária. Articulando vários aspetos que se tornaram relevantes ao longo do trabalho de campo, a antropóloga questiona o que significa “melhorar a vida”, neste contexto, e procura perceber de que forma o recurso a estratégias como a fixação/mobilidade e a especialização/adaptabilidade profissional são articuladas, enquanto formas de “melhorar a vida”, entre incertezas e crises. Atendendo à complexidade das relações familiares e laborais neste contexto, salienta as respectivas reconfigurações ao longo do tempo, bem como as

estratégias adotadas nas trajetórias profissionais e migratórias, que acompanharam a diversidade de situações familiares e de classe. Considerando o contexto de industrialização difusa e a importância histórica das relações de trabalho agrícolas no nordeste português, atem-se às comparações entre o mundo camponês e o mundo operário, no que concerne às continuidades e às mudanças.

Uma terceira parte intitula-se “Quando a memória vira património: entre a “beleza do morto” e os novos caminhos”, e inicia-se com um texto de Maria Alice Samara, que se centra numa zona precisa da cidade de Lisboa – entre a praça do Marquês de Pombal e o Rossio – e que lhe permite encarar a cidade, como objeto de análise complexo, que permite várias leituras. Neste texto, Lisboa – ou a parte escolhida como estudo de caso – é pensada levando em linha de conta a articulação entre o espaço, a memória e a história. Considerando que a Avenida da Liberdade é uma paisagem cultural, com os respectivos elementos simbólicos, os monumentos aí localizados permitem uma dupla leitura: como objetos em si e como um complexo relacional. Por um lado, a autora analisa-os como *pontos*, lendo-os na sua individualidade. Por outro, investiga-os como conjunto, em rede, o que lhe permite uma leitura relacional, cruzando e confrontando os seus significados, e inter-relacionando-os com a cidade que os envolve, e que lhes serve de cenário. Assim, a pedra – sobretudo ao nível da estatuária urbana implantada no eixo nobre da cidade que é abordado –, é pensada no que tem de político, no processo de legitimação e simultaneamente de exclusão, na relação que estabelece entre o passado e as tensões do presente.

Maria de Fátima Nunes escolhe outra zona da cidade de Lisboa para a sua abordagem: o Campo dos Mártires da Pátria, herdeiro da memória do Campo de Sant’Ana, no qual coexistem vários patrimónios, várias artes de dar (novas) vidas a espaços de saúde, de medicina. Aborda uma colina que apela ao património edificado, ao património cultural que estabelece diálogos com uma memória coletiva de longa duração. Num olhar desta historiadora da cultura científica podemos adivinhar as várias camadas de memória que estão (aparentemente) mortas num espaço de socialidades variadas da capital, que já foi de um Império, com base em espólios fotográficos e em imprensa informativa, numa colina onde se concentram hospitais e institutos variados de investigação sobre a saúde, com várias camadas de memória temporal. O desafio desta abordagem espacializada da história da ciência médica em Portugal é o cruzamento entre fazer ciência e a prática da cidadania, combinando o(s) património(s) com vivências culturais e operativas para se entender a espacialização de áreas de ciência e cultura na urbe em transformação, fazendo do velho, o novo, reconstruindo imaginários, recuperando memórias que se podem tornar num caldo de criatividade para futuros de proximidade e de inclusão.

O antropólogo Iñigo Sánchez explora o impacto do processo de requalificação urbana num bairro lisboeta habitualmente entendido como “histórico”: a Mouraria. O seu fulcro é a cultura material, nos universos sociais e nos espaços praticados da vida quotidiana do bairro. Propõe-nos um olhar crítico sobre os seus *pontos cegos*, sobre os rastros e os restos que ficaram de fora do processo de transformação da malha urbana do bairro, mas que resistem a desaparecer, bem como sobre os pontos de sutura e as feridas que supuram nessa linha que separa a memória e o esquecimento. Através de diversos materiais etnográficos obtidos durante um prolongado trabalho de terreno no bairro, o seu texto propõe-se reflectir de modo mais geral sobre o papel da cultura e as dinâmicas atuais de transformação urbana dos bairros históricos de Lisboa.

Com Dulce Simões delinea-se o percurso do cante alentejano, abordado em processo. A “cultura popular”, sucessivamente invocada como uma fórmula mágica, cujo efeito seria suficiente para garantir a existência de uma realidade, evoluiu para uma versão autorizada e atualizada de “Património Cultural Imaterial”, pautada por um processo de *unescoização* da cultura. A antropóloga interroga os processos de construção social que permanecem ligados a um poder que autoriza, e a métodos científicos legitimados por organizações políticas conduzidas por agências internacionais, que fazem com que o problema da salvaguarda do património imaterial seja também um problema de dominação. Neste texto procura questionar os processos de patrimonialização como reproduções das modalidades de holismo aplicadas a coletivos que ocupam hoje o lugar do “povo” dos folcloristas do passado, a partir de uma etnografia localizada na fronteira do Baixo Alentejo, no sul de Portugal, complementada por fontes bibliográficas e documentais. Trata-se de uma primeira abordagem a questões relacionadas com a (re)produção, captura e consumo de imaginários simbólicos do cante alentejano.

No norte de Portugal, as festas do Mártir São Sebastião, em Barroso, são o centro do texto de João Azenha da Rocha, que toma como contraponto exemplos de outras festas da mesma devoção, para evidenciar as práticas recorrentes no presente, e questionar as transformações ocorridas no ‘tempo longo’. Esta festa, que comporta uma distribuição alimentar generalizada, é produzida no seio de diferentes interesses, ritualizados e simbólicos. Os processos de turistificação são susceptíveis de exacerbar as clivagens existentes dentro da comunidade, assemelhando-se às desigualdades produzidas por outras estratégias de ‘desenvolvimento’, alimentadas sobretudo pelo poder autárquico. Integrada num ciclo alargado de circulação e de excessos alimentares, marcado pela matança do porco, a celebração assinala, em certas regiões, o início do período do Carnaval e a nova época do crescimento dos dias. A associação da festa com a mezinha, seja através do *carolo*, do arroz,

ou das *papas*, confere reconhecimento a uma aldeia, colocada num almejado lugar visível do ‘mapa turístico’ atual. Contudo, o alimento tradicional e icônico, que pode variar ao longo do tempo, mantém a sua qualidade profilática, garantindo assim o cumprimento da promessa de partilha, presente em todos os ‘mitos de origem’. É acerca desse diálogo, por vezes dissonante, quanto a aspectos relevantes do ritual, entre a continuidade e a mudança, que o autor procura analisar as festas, que decorrem anualmente no dia 20 de janeiro.

A quarta parte centra-se na relação entre “Memória e ditaduras”, e inicia-se com um contributo de Rui M. Pereira. O antropólogo demonstra como, de forma algo sub-reptícia e com menos impacto mediático que as derivas populistas e totalitárias que nos últimos anos têm assolado os regimes democráticos europeus, o retorno do ideário colonialista tem feito o seu caminho de forma persistente. Em França, muito recentemente, o lançamento de um número especial da revista “Valeurs Actuelles”, com o título “A verdadeira história das Colónias”, sob a epígrafe “Conquistar, Civilizar, Instruir”, lançou um intenso debate sobre a nostalgia colonial, à medida do êxito editorial daquele título, com sucessivas reimpressões esgotadas em banca. Tratou-se de uma edição graficamente cuidada, muito apelativa, exaltando os valores da colonização francesa, mas omitindo a discriminação racial, a escravatura, a exploração económica, a pilhagem, o saque, a violência colonial. Através de um passado tardo-colonial muito associado e valorado pelo regime ditatorial do Estado Novo, o autor aborda a assunção da nostalgia colonial em Portugal, que tem adotado cambiantes diversos, alguns acobertando-se sob o diáfano conceito da lusofonia, outros evocando a “épica dos Descobrimentos”. Essa *colonialidade da memória* impõe, de forma urgente e assertiva, uma reflexão e um debate sobre a necessidade de uma *descolonialidade da memória* e do saber que exponha a natureza assimétrica da colonização e o seu carácter agonístico, que aqui nos propõe Rui M. Pereira.

O texto seguinte, da historiadora Meize Lucas, faz uma reflexão sobre a censura cinematográfica no Brasil no período da ditadura civil-militar (1964-1985), a partir da análise de um conjunto de processos que transcorreram na Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), localizada na capital federal, Brasília. A análise desses processos permitiu-lhe identificar três partes: (1) documentos do trâmite burocrático de um filme no país, fosse ele nacional ou estrangeiro, como o pagamento de uma taxa de importação e de dados técnicos da película; (2) pareceres de censura emitidos pelos censores e os pedidos de reconsideração da censura feitos por realizadores e produtores; (3) certificados de exibição, em que constam a faixa etária de classificação de uma produção. Tinham a duração de cinco anos e podiam destinar-se ao cinema, à televisão e à exportação, no caso

dos filmes nacionais. Tomando como ponto de partida que a censura, em regimes de exceção, é uma ação que visa interditar discursos que apontem tensões sociais, coloquem em questão figuras de autoridade, como o Estado, as forças armadas e a Igreja, foquem distensões políticas, ou abordem as diferentes formas de violência, física e simbólica, Meize Lucas investiga o modo como essa interdição (ou autorização) constituiu um campo de negociações entre produtores, diretores e distribuidores, por um lado, e censores, por outro. As respectivas representações estão em permanente disputa em qualquer sociedade, mas, em regimes ditatoriais, ocorrem numa correlação de forças desiguais, na qual a censura ocupa um papel central. Tais negociações apontam para formas de resguardar a função autoral, a manutenção de uma obra ou mesmo a defesa de interesses comerciais. Analisadas em conjunto, permitem compreender o arco das disputas e os seus possíveis entendimentos que evidenciam mudanças (e de permanências) ao longo desse período.

A historiadora Cristina Nogueira interroga o “outramento” dos clandestinos comunistas durante o longo fascismo português: tornavam-se outros, camuflando o seu ser, o seu nome, as suas origens, os seus hábitos, a sua aparência. A partir da década de 1950, quando o “aparelho clandestino” estava já suficientemente solidificado, esta mutação teria de adquirir contornos de legalidade. Era-se “outro legalizado”: com as oficinas de falsificação de documentos, criavam-se passaportes, bilhetes de identidade, licenças de bicicletas e outros documentos que atestavam que se era quem se dizia ser. Com estes documentos a vida clandestina quotidiana tornava-se mais fácil, para arrendar uma casa para a saída do país, ou para o internamento num hospital. Neste texto, Cristina Nogueira analisa este processo de falsificação de documentos, e de que forma estas diferentes modalidades de identificação, assim como a vida clandestina, ao camuflar, esconder e anular traços da identidade individual, interferiram na formação das subjetividades e contribuíram para a criação de uma identidade coletiva forte entre os comunistas portugueses.

É também sobre a passagem à clandestinidade comunista, durante a ditadura portuguesa (1926-1974), que escreve a historiadora e antropóloga Vanessa de Almeida. Tendo como ponto de partida o “mergulho”, propõe-nos uma reflexão sobre a transmissão dessa experiência, quer no âmbito da organização partidária, quer no grupo familiar. Neste texto, torna-se possível compreender os mecanismos de transmissão da memória, os seus cambiantes e o seu papel na socialização política, sobretudo através do que é apreendido pelas gerações seguintes, e que permite corroborar Pollock, quanto à existência de uma memória quase herdada.

O antropólogo João Baía realiza uma abordagem comparativa entre o tratamento memorial atribuído a homens que lutaram contra as ditaduras da Península Ibérica, de ambos os lados da fronteira, que praticamente não têm inscrição na

história dos países, além da cidade de Bragança, no nordeste de Portugal. O autor procura apontar algumas hipóteses para a não-inscrição, a partir da relação entre memória e periferia, e a construção de memórias periféricas, como inerentes a lugares distantes dos centros de poder e de produção do conhecimento científico, que não são reclamadas publicamente por grupos culturais ou políticos. Defende que a atenção e a visibilidade atribuída a estes ângulos mortos das histórias locais, podem contribuir para uma maior compreensão de acontecimentos e figuras que se destacaram em determinados momentos-chave das histórias nacionais e internacionais.

A última parte deste volume denomina-se “Outros tempos hão-de-vir: o lugar do futuro na pesquisa em ciências sociais” e é inaugurada por um texto do agrônomo Fernando Oliveira Baptista, que interroga o papel da questão camponesa, que emergiu associada à relação entre as características das estruturas agrárias e ao processo de industrialização. Para os defensores desse processo, a agricultura teria de modificar-se para favorecer o desenvolvimento de fábricas e manufacturas. Ou seja, deveria ir libertando mão-de-obra para as unidades fabris, para assegurar, a preço adequado, o abastecimento alimentar e de matérias primas e converter-se num mercado para o escoamento dos produtos industriais. A via para alcançar estes objetivos seria impulsionar a modernização tecnológica da agricultura, o que permitiria também um grande incremento da produtividade do trabalho. Assim sucedia nos países mais desenvolvidos, em que os camponeses se tornaram agricultores modernizados, ou abandonaram os campos. Nos países do Sul, que não tiveram a possibilidade de se reconverterem ou de sair de forma massiva: ficaram nas aldeias, com uma população em constante aumento e sempre numa posição subordinada e frágil, que se tornou, na sua maioria, uma população que *sobra* da economia globalizada. Nestes percursos, por vezes, os camponeses revoltaram-se, resistiram ativa e passivamente, avançaram com reivindicações sindicais, mas nunca estiveram em situação de hegemonizar o funcionamento da sociedade e de governar o Estado. Persistem, de qualquer modo, tentativas de defender projetos que tornem os camponeses *sujeitos* do seu próprio destino, de que analisa duas, recentes e destacadas, cujos percursos têm evidenciado que aos olhos dos camponeses não aparecem como um *destino* mas, apenas, como possibilidades a avaliar em comparação com outras alternativas.

A antropóloga Maria Helena Marques reflete sobre o papel das sementes, num momento em que a agricultura é um dos sectores mais directamente afectados pelo impacto das alterações climáticas e do capitalismo predatório. Em muitas regiões do mundo, como em Portugal, os pequenos agricultores desenvolveram ao longo de gerações sistemas agrícolas adaptados às condições locais e baseados na diversificação de espécies e variedades cultivadas que lhes permitem, mesmo perante

condições climáticas difíceis, garantir uma produção contínua com escasso recurso a factores de produção externos. Mais do que preservar as sementes de variedades locais/regionais através do seu cultivo, parece urgente a partilha de saberes entre pequenos agricultores, economicamente mais vulneráveis, que enfrentam problemas climáticos semelhantes.

No trabalho de Maria Miguel Cardoso, antropóloga e museóloga, o Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti tem centralidade. Trata-se de um projeto de recolha de memória oral que usa metodologias de terreno, histórias de vida e entrevistas temáticas. O processo de recolha tem sido filmado e tem, em contexto museal, o objectivo último de criação de um acervo oral que contribua para o aumento e democratização do conhecimento sobre as realidades sociais passadas, e contemporâneas, da cidade de Setúbal, a sul de Lisboa. Intimamente ligadas às coleções de museus municipais, como é o caso do Museu do Trabalho Michel Giacometti e do Arquivo Américo Ribeiro, a recolha e a comunicação destas memórias ajuda-nos a recolocar o foco do património na relação entre os humanos e os objectos, aproximando-se das comunidades, valorizando-se mutuamente. Neste caminho relacional, que já vai longo, o museu enquanto instituição sofreu, na renovação do seu projeto museográfico, influência direta das atividades de recolha oral que vem praticando, e que se encontram no Centro de Memórias.

A partir de um trabalho de campo realizado em Malaca, a antropóloga Ema Pires discute as relações existentes entre os processos de objetificação do passado, as construções identitárias e modos de viver presentes, em resultado de uma etnografia continuada em Portugal e na Malásia. Aborda as relações entre experiências e expectativas num grupo crioulo, residente na Malásia Peninsular, que traça as suas origens numa genealogia de vários séculos que remontam a uma ancestralidade portuguesa. Partindo deste *locus* analítico, demonstra como diferentes categorias de pessoas, entre experiências quotidianas e expectativas, tecem as suas vidas entrelaçadas em ideias imaginárias de passado e de futuro.

João Carlos Louçã convida a usar a Antropologia para interrogar o futuro, como um campo significativo para pensar o mundo em que vivemos e como as sociedades humanas se reconfiguram em cada momento. Numa época de reconfigurações intensas, aceleradas, quantas vezes sem sentido aparente, com um capitalismo de vocação universal que o neoliberalismo conseguiu impor, a naturalização das ideias que o justificam fazem parte de uma corrente hegemónica que transforma a ideologia neoliberal numa condição da natureza humana, caminho único para os futuros que se podem imaginar. Nessa corrente, que de tudo se apropria e que tudo transforma, as culturas de resistência oferecem-se como uma condição para pensar práticas contra-hegemónicas, ou simplesmente realidades sociais que

escapam ainda à expropriação de bens comuns, à privatização do futuro enquanto espaço de desejo e de imaginação coletiva. O desafio para as ciências sociais pode estar na *praxis da utopia concreta*, de Bloch, na qual poderá residir o horizonte da expectativa: o que está para vir, existe já, em pessoas e grupos que fazem das suas vidas um sinal de esperança para os tempos que vivemos.

Finalmente, com a antropóloga Fabienne Wateau interroga-se o retorno dos *Commons* à investigação em ciências sociais: desde o artigo polémico de Thomas Hardin, em 1968, ao reconhecimento pelo prémio Nobel de Economia dado a Elinor Ostrom, em 2009, o tema dos *Commons* revigorou-se nas ciências sociais. Vem abrindo caminho à análise de modos “alternativos” para pensar as sociedades, às leituras políticas, e a novos terrenos rurais e urbanos, onde as regras colectivas estão discutidas. Situando este novo retorno, a autora lembra alguns casos de comunitarismo agro-pastoril da Península ibérica, reenviando em particular para as regras e os constrangimentos inerentes ao viver em conjunto.

Numa obra recente, Michel Agier considera que se tem de repensar um mundo comum, em que se reinvente um programa de igualdade, que contribua para a emergência de uma condição cosmopolita, e que permita escapar à armadilha identitária³⁷. Os estudos reunidos desafiam-nos a pensar o papel das ciências sociais e o compromisso dos investigadores para com as sociedades que estudam e das quais fazem parte. Conquanto as instâncias financiadoras da ciência e do conhecimento valorizem o impacto dos estudos académicos, na economia, na sociedade e na cultura, este não se repercute de forma imediata, independentemente dos esforços na divulgação do conhecimento científico, por meio de ações de extensão e colaboração com a sociedade civil. Os resultados das investigações são antes apropriados pela sociedade e grupos em função de interesses concretos e agendas políticas, por vezes em tempos dilatados e descontinuados. Num texto luminoso, que nos desafia ao alento, em tempos duros, e à construção de uma ciência que sirva a gente comum, o historiador e ativista Howard Zinn, escreveu:

Así que no tengo derecho a la desesperación. Insisto con la esperanza. Sí, es un sentimiento. Pero no es irracional. La gente respeta los sentimientos, pero quiere razones. Razones para seguir adelante, para no rendirse, para no refugiarse en el lujo privado o la desesperación privada. La gente quiere pruebas de esas posibilidades de la conducta humana de las que acabo de hablar. Sugerí que hay razones. Pienso que hay pruebas. [...] Lo que elijamos enfatizar en esta historia compleja determinará nuestras vidas.

³⁷ Michel Agier. *La condition cosmopolite – L’anthropologie à l’épreuve du piège identitaire* (Paris: La Découverte, 2013), 205-208.

Si solo vemos lo peor, lo que vemos destruye nuestra capacidad de hacer algo. Si recordamos los momentos y lugares – y hay tantos... – en los que la gente se comportó magníficamente, eso nos dará la energía para actuar, y por lo menos la posibilidad de empujar a este mundo, que gira como un trompo, en otra dirección. Y si actuamos, por pequeña que sea nuestra acción, no tenemos por qué sentarnos a esperar que llegue un futuro grandioso y utópico. El futuro es una sucesión infinita de presentes y vivir ahora como pensamos que deberían vivir los seres humanos, a despecho de todo lo malo que nos rodea, es en sí mismo una victoria maravillosa³⁸.

É o que nos anima.

³⁸ Howard Zinn, “¿Por qué tener esperanzas en tiempos difíciles?”, in *Huellas Imperiales. Historia de los Estados Unidos 1929-2000*, comps. de Pablo Pozzi e Fabio Nigra (Buenos Aires, Editorial Imago Mundi, 2001), 34; Pablo Pozzi, “Educando al historiador: “historia guerrillera e historia militante”, in *El compromiso social y político del intelectual*, coord. Pablo Pozzi e Paula Godinho (Buenos Aires: CLACSO, 2019).